PUBLICIDADE LEGAL

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

CNPJ/MF Nº 92.665.611/0001-77 • NIRE Nº 43300003221 • CVM nº 00934-2 • Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se às 08:30 horas do dia 29/04/2022 em nossa sede social, na Avenida Industrial Belgraff, nº 865, CEP: 92.990-000, em Eldorado do Sul, RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a)** Apreciar contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relatório de administração e relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, antes das Participações dos Empregados e dos Administradores e sobre a homologação do pagamento de juros sobre capital próprio imputados ao valor dos dividendos; **c)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e, **d)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a)** Deliberar acerca de aumento do capital social da Companhia, passando de R$ 918.000.000,00 (novecentos e dezoito milhões de reais) para R$ 943.000.000,00 (novecentos e quarenta e três milhões de reais) mediante a capitalização de reservas, sem emissão de novas ações, com a respectiva alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, bem como atualizar o número total de ações da Companhia para refletir a situação após a conclusão do processo de conversão de ações preferenciais; **b)** Deliberar acerca da alteração do objeto social da Companhia, para inclusão da atividade complementar secundária de intermediação de negócios; e **c)** Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações deliberadas nos itens acima. **Informações Gerais para Participação na Assembleia:** Participação por voto à distância. A companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida Instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador, ou diretamente à Companhia. Participação pessoal ou por representante. Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, para participarem das Assembleias, deverão observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Os instrumentos de procuração para representação na Assembleia ora convocada poderão ser depositados até às 18h de 27 de abril de 2022 no seguinte endereço: Avenida Industrial Belgraf, nº 865, bairro Industrial, CEP: 92.990-000, Eldorado do Sul/RS. Voto Múltiplo. Consoante às instruções CVM nº 165/91 e 282/98, é de 5% o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de adoção do voto múltiplo para eleição dos integrantes do Conselho de Administração. A companhia ressalta a importância de que os pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. Documentos relacionados à Assembleia. Os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral encontram-se à disposição no endereço da Companhia acima indicado e nos websites da Companhia (www.grupodimed.com.br/ri), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO (www.b3.com.br) na internet.

Eldorado do Sul/RS, 29 de março de 2022.

Julio Ricardo Andrighetto Mottin, Roberto Luiz Weber, Denis Pizzato,
Claudio Roberto Ely, Cristiano Gioia Lauretti e Clarice Martins Costa
Conselheiros de Administração

ASCOL

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

SIRMACE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A *CNPJ 06.103.937/00001-79*

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R$)

A T I V O	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	**4.669.393,79**	**3.789.884,44**
DISPONIBILIDADES	2.661.843,82	1.827.269,27
Caixa/Bancos/Aplicações	2.661.843,82	1.827.269,27
CREDITOS	58.315,59	5.790,37
Créditos com Funcionários	35.000,00	-
Adiantam a Terceiros	18.028,10	-
Impostos a Recuperar	5.287,49	5.790,37
ESTOQUES	1.620.000,00	1.620.000,00
Estoques de Imóveis a Venda	1.620.000,00	1.620.000,00
DESPESAS EXERCÍCIO SEGUINTE	329.234,38	336.824,80
Iptu Antecipado	329.234,38	336.824,80
NÃO CIRCULANTE	**22.430.139,10**	**22.380.634,71**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	439.999,57	388.027,75
Títulos a Receber	8.684,82	8.684,82
Depósitos Judiciais	429.952,67	359.135,77
Sócios conta corrente	1.362,08	20.207,16
IMOBILIZADO	21.990.139,53	21.992.606,96
Imóveis	20.981.032,91	20.981.032,91
Terrenos	1.000.000,00	1.000.000,00
Móveis e Utensílios	16.304,27	16.304,27
Máquinas e Equipamentos	5.750,08	5.750,08
Computadores e Periféricos	11.946,62	11.946,62
(-) Depreciação Acumulada	(24.894,35)	(22.426,92)
TOTAL DO ATIVO	**27.099.532,89**	**26.170.519,15**

P A S S I V O	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	**279.004,17**	**199.559,61**
Fornecedores	54.216,94	13.997,86
Obrigações Sociais e Fiscais	37.208,26	25.619,95
Provisão IRPJ e CSLL	157.896,14	145.711,51
Obrigações com Pessoal	29.682,83	14.230,29
Dividendos a Pagar	-	-
NÃO CIRCULANTE	**3.001,41**	**19.988,21**
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	3.001,41	19.988,21
Dividendos a Pagar	3.001,41	19.988,21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**26.817.527,31**	**25.950.971,33**
CAPITAL SOCIAL	22.639.750,00	22.639.750,00
Capital Social	22.639.750,00	22.639.750,00
RSERVAL DE LUCROS	2.413.135,93	2.241.340,25
Reserva Legal	2.386.498,46	2.214.702,78
Reserva de Lucros	26.637,47	26.637,47
LUCROS ACUMULADOS	1.764.641,38	1.069.881,08
Lucros à Disposição AGO	1.764.641,38	1.069.881,08
TOTAL DO PASSIVO	**27.099.532,89**	**26.170.519,15**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO (Em R$)

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL	**5.413.497,36**	**5.928.397,35**
Receita de Aluguéis	5.413.497,36	5.928.397,35
DEDUÇÕES DA RECEITA	**(197.592,65)**	**(216.386,49)**
Impostos s/Serviços	(197.592,65)	(216.386,49)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	**5.215.904,71**	**5.712.010,86**
CUSTOS DAS RECEITAS	**-**	**-**
RECEITA BRUTA	**5.215.904,71**	**5.712.010,86**
DESPESAS OPERACIONAL	**(1.454.488,98)**	**(1.345.671,28)**
Despesas Operacionais	(1.062.646,78)	(1.059.361,14)
Despesas Tributárias	(391.842,20)	(286.310,14)
DESPESAS FINANCEIRAS	**(1.573,75)**	**(4.930,31)**
RECEITAS FINANCEIRAS	**22.462,85**	**80.287,00**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	**227.475,60**	**186.534,42**
LUCRO ANTES DA PROVISÃO IRPJ E CSLL	**4.009.780,43**	**4.628.230,69**
PROVISÃO IRPJ E CSLL	**(573.866,76)**	**(648.209,15)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.435.913,67**	**3.980.021,54**
Lucro líquido por ação	0,15	0,18

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em R$)

	2021	2020
I - AJUSTES LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.438.381,10**	**2.876.975,75**
Lucro Líquido do Período	3.435.913,67	2.876.296,77
Depreciações	2.467,43	678,98
Resultado Venda Bens Ativo Permanente	-	-
II - ATIVIDADE OPERACIONAL	**(53.293,94)**	**141.494,71**
Aumento (Redução) de Contas a Receber	(115.751,70)	110.796,39
Aumento (Redução) dos Estoques	-	-
Aumento (Red.) de Contas a Pagar e Provisões	10.054,05	24.865,44
Aumento (Redução) em fornecedores	40.219,08	2.142,34
Aumento (Redução) no Imposto de Renda e Contrib Social	12.184,63	3.690,54
III - ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	**-**	**(11.946,62)**
Compras de Imobilizado	-	(11.946,62)
Recebimentos por vendas de ativos Permanentes	-	-
IV - ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	**(2.550.512,61)**	**(3.113.207,45)**
Lucros Distribuídos	(2.569.357,69)	(3.093.000,29)
Aumento e Redução de Empréstimos	18.845,08	(20.207,16)
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	**834.574,55**	**(106.683,61)**
Saldo das Disponibilidades no Início no Período	1.827.269,27	1.933.952,88
Saldo das Disponibilidades no Final no Período	2.661.843,82	1.827.269,27
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa	**834.574,55**	**(106.683,61)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em R$)

Contas / Mutações	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros à Disp. AGO	TOTAL
Saldo em 31.12.2020	**22.639.750,00**	**2.214.702,78**	**26.637,47**	**1.069.881,08**	**25.950.971,33**
Lucro do Período	-	-	-	3.435.913,67	3.435.913,67
Reserva Legal	-	171.795,68	-	(171.795,68)	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	(2.569.357,69)	(2.569.357,69)
Saldo em 31.12.2021	**22.639.750,00**	**2.386.498,46**	**26.637,47**	**1.764.641,38**	**26.817.527,31**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Nota 1: Contexto Operacional - A empresa Sirmace Participações Societárias S.A é uma sociedade por ações, de capital fechado, tem por objeto a compra e venda, locação, sublocação, promoção, investimento, participação e assessoria em negócios e empreendimentos de natureza imobiliária, próprios ou de terceiro; a exploração de atividade hoteleira e outros meios de hospedagem, sem fornecimento de refeições; loteamento, construção e incorporação de bens imóveis residenciais, comerciais, urbanos e rurais; e participação em sociedade de qualquer tipo jurídico. **Nota 2: Apresentação das Demonstrações Contábeis -** As demonstrações financeiras foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais abrange a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos , as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comite e Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade nos seus aspectos materiais. **Nota 3: Principais Diretrizes Contábeis a) Apuração do Resultado** - É adotado o regime de competência dos exercícios. **b) Ativo Imobilizado -** O imobilizado está demonstrado a custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas previstas na legislação fiscal em vigor. **Nota 4: Tributação no Exercício -** Empresa tributada pelo Lucro Presumido **Nota 5: Capital Social** O Capital Social é de R$ 22.639.750,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais), dividido por 22.639.750 (vinte e dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil e setecentos e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor comercial, totalmene subscritas e integralizadas pelos acionistas em moeda corrente nacional e bens imóveis.

Ilan Maltz Turkienicz
Administrador
CPF.: 005.056.080-81

Roselaine Estrasulas Luiz
Contadora CRC/RS 093684/O-9
CPF.: 615.253.670-72

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. - CNPJ/ME nº12.181.987/0001-77 - NIRE 43300052885 - Companhia Aberta - **Edital de Convocação -** Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 25 de abril de 2022: Ficam convocados os senhores acionistas da **MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), sob a **forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), a ser realizada no dia **25 de abril de 2022, às 10 horas**, por meio da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Deliberar sobre as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes; **(ii)** Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos; **(iii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(v)** Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para modificar determinadas competências do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro; e **(ii)** Em razão da deliberação constante do item "i" acima, consolidar o Estatuto Social. **Informações Gerais:** 1. A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia, exercício do direito de voto e participação remota na Assembleia, foi disponibilizada em 25 de março de 2022, na forma prevista na ICVM 481/09, e pode ser acessada por meio dos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (http://www.cvm.gov.br) e da Companhia (http://ri.melnick.com.br/). 2. Os acionistas que queiram participar da Assembleia deverão enviar a seguinte documentação para o e-mail ri@melnick.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, **no mínimo, 2 dias de antecedência** da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 23 de abril de 2022**: Os acionistas pessoas físicas, além do documento de identidade com foto do acionista ou representante legal, instrumento de mandato com a identificação clara do signatário, se for o caso, e comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à data da realização da Assembleia. Os acionistas pessoas jurídicas e fundos de investimento deverão ser representados conforme seu Estatuto, Contrato Social ou Regulamento, entregando cópias dos documentos comprobatórios da regularidade da representação, acompanhados de ata de eleição dos administradores, devidamente registrados perante a autoridade competente, documento de identidade com foto do representante legal e comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à data da realização da Assembleia. Adicionalmente, os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, sendo que, neste caso, também deverão enviar a procuração com a identificação clara do signatário, para o referido e-mail. Documentos assinados digitalmente devem ter assinatura eletrônica avançada ou qualificada, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação dos acionistas, bem como a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação dos acionistas que estejam em língua estrangeira, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 3. Nos termos do artigo 5º, §3º da ICVM 481/09, **não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários até o dia 23 de abril de 2022.** 4. Adicionalmente, a Companhia adotará o procedimento de voto a distância na Assembleia, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da ICVM 481/09. Neste sentido, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de preenchimento para seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante; (ii) transmitir as instruções de preenchimento ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) preencher e enviar o Boletim de Voto a Distância diretamente à sede social da Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores. 5. Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 165/91, conforme alterada, e o artigo 4º da ICVM 481/09, o percentual mínimo do capital votante, para a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento), observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia para tal requisição. 6. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e votação na Assembleia, inclusive votação à distância, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e documentação exigida dos acionistas para admissão à Assembleia, podem ser acessadas na Proposta de Administração. Porto Alegre, 04 de abril de 2022. Leandro Melnick - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

Granja Mangueira Agropecuária S/A

CNPJ 96.013.693/0001-26 – NIRE 43 3 0001033 3

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às Demonstrações Contábeis, compreendendo o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer informações e esclarecimentos que julgarem necessários.

Santa Vitória do Palmar, RS, 24 de março de 2022. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL - R$

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	**61.206.629,43**	**29.423.886,19**
Caixas e Bancos	24.506,19	25.923,92
Clientes	1.724.376,57	2.542.499,98
Partes Relacionadas (NE 04)	23.803.848,92	5.650.829,87
Pessoas Ligadas (NE 05)	340.000,00	220.000,00
Impostos a Recuperar (NE 06)	1.214.798,71	709.535,45
Estoques (NE 07)	31.854.156,84	19.856.029,62
Outros Créditos (NE 08)	2.244.942,20	419.067,35
NÃO CIRCULANTE	**97.110.246,94**	**96.462.789,33**
Realizável a Longo Prazo	**34.640.730,21**	**45.617.794,11**
Partes Relacionadas (NE 09)	10.756.324,75	33.687.466,11
Pessoas Ligadas (NE 10)	22.375.674,85	6.993.156,78
Dep. Judiciais e Compulsórios (NE11)	0,00	3.310.316,61
Outros Créditos (NE 12)	1.508.730,61	1.626.854,61
Investimentos (NE 13)	**3.524.007,24**	**3.297.384,38**
Em Controladas	383.854,31	157.231,45
Em Outras Sociedades	3.140.152,93	3.140.152,93
Imobilizado (NE 14)	**58.945.509,49**	**47.547.610,84**
Custo Corrigido e Reavaliado	79.779.515,15	68.213.790,15
Depreciações e Amortizações	-20.834.005,66	-20.666.179,31
TOTAL DO ATIVO	**158.316.876,37**	**125.886.675,52**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	**8.034.915,99**	**4.790.040,18**
Fornecedores	2.559.506,40	2.099.887,44
Obrigações Fiscais e Sociais (NE 15)	3.087.781,86	1.858.252,18
Pessoas Ligadas (NE 16)	537.710,03	139.857,67
Instituições Financeiras (NE 18)	88.322,91	88.322,91
Outros Débitos (NE 17)	1.761.594,79	603.719,98
NÃO CIRCULANTE	**116.425.200,83**	**112.276.324,20**
Instituições Financeiras (NE 18)	88.152.914,70	88.219.670,33
Obrigações Fiscais e Sociais (NE 19)	10.935.798,51	7.403.102,12
Outros Débitos (NE 20)	17.336.487,62	16.653.551,75
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**33.856.759,55**	**8.820.311,14**
Capital Social (NE 21)	45.664.563,91	45.664.563,91
Prejuízos Acumulados	-11.807.804,36	-36.844.252,77
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	**158.316.876,37**	**125.886.675,52**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - R$

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**69.017.968,65**	**54.829.154,43**
Produção agropecuária	66.732.537,72	54.195.160,15
Outras Receitas	2.285.430,93	633.994,28
DEDUÇÕES DA RECEITA	**-1.468.700,71**	**-1.180.585,49**
Impostos e Contribuições	-1.467.821,77	-1.168.475,13
Devoluções e Descontos	-878,94	-12.110,36
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**67.549.267,94**	**53.648.568,94**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	**-28.469.356,53**	**-30.742.048,75**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**39.079.911,41**	**22.906.520,19**
DESPESAS OPERACIONAIS	**-1.667.792,20**	**-2.057.018,03**
Administrativas	-6.990.829,68	-5.117.385,78
Tributárias	-2.637.215,99	-639.860,20
Financeiras Líquidas	8.711.411,79	2.390.961,76
Outras Receitas e Despesas	-751.158,32	1.309.266,19
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CSLL E IRPJ	**37.412.119,21**	**20.849.502,16**
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/LUCRO LÍQUIDO	**2.399.123,17**	**419.108,95**
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	**6.646.231,02**	**1.724.190,06**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**28.366.765,02**	**18.706.203,15**
LUCRO/PREZ. P/LOTE DE 1.000 AÇÕES	**946,15**	**623,93**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - R$

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do IR e Contribuição Social	37.412.119,21	20.849.502,16
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.045.354,19	2.143.299,01
Resultado Líquido do Exercício	28.366.765,02	18.706.203,15
Itens que não Afetam o Caixa		
Depreciações e Amortizações	1.567.195,90	1.019.011,57
Resultado da Equivalência Patrimonial	-226.622,86	-88.903,56
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.330.316,61	679.709,73
	33.037.654,67	20.316.020,89
Aumento/Redução do Ativo		
Clientes	-818.123,41	2.541.699,98
Estoques	11.998.127,22	-2.721.477,32
Impostos a Recuperar	505.263,26	-1.287.623,03
Partes Relacionadas	10.724.395,76	5.020.120,08
Depósitos Judiciais	3.310.316,61	0,00
Outros Ativos	1.947.750,85	625.530,90
	27.667.730,29	4.178.250,61
Aumento/Redução do Passivo		
Fornecedores	459.618,96	-8.287.117,47
Obrigações Sociais e Fiscais	4.762.226,07	1.650.737,06
Adiantamento de Clientes	1.251.000,00	-3.598.004,60
Partes Relacionadas	-139.857,67	139.857,67
Outros Passivos	1.327.520,71	8.849.268,29
	7.660.508,07	-1.245.259,05
Total da Atividades Operacionais	**13.030.432,45**	**14.892.511,23**
Das Atividades de Investimentos		
Aquisição do Ativo Imobilizado	14.022.667,70	8.203.773,06
Vendas do Ativo Imobilizado	-1.057.573,15	-921.954,55
Total da Atividade de Investimentos	**12.965.094,55**	**7.281.818,51**
Das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos	-66.755,63	-7.615.598,38
Total da Atividade de Financiamentos	**-66.755,63**	**-7.615.598,38**
Aum./Red. Líq. de Caixa e Equiv. de Caixa	**-1.417,73**	**-4.905,66**
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equiv. de Caixa no Final do Exercício	24.506,19	25.923,92
Caixa e Equiv. de Caixa no Início do Exercício	25.923,92	30.829,58
Aum./Red. Liq. de Caixa e Equiv. de Caixa	**-1.417,73**	**-4.905,66**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R$

Especificações	Capital Social	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
31/12/2017	**45.664.563,91**	**-56.415.815,91**	**-10.751.252,00**
Prejuízo Líquido do Exercício	-	1.855.981,45	1.855.981,45
Ajuste de Exercício Anterior	-	23.133,77	23.133,77
Baixa Provisão s/ IRPJ e CSLL Diferido	-	-1.406.954,20	-1.406.954,20
Provisão s/ IRPJ e CSLL Diferido	-	785.219,01	785.219,01
31/12/2018	**45.664.563,91**	**-55.158.435,88**	**-9.493.871,97**
Lucro Líquido do Exercício	-	1.914.333,52	1.914.333,52
Ajuste de Exercício Anterior	-	-2.200.844,28	-2.200.844,28
Baixa Provisão s/ IRPJ e CSLL Diferido	-	-785.219,01	-785.219,01
Provisão s/ IRPJ e CSLL Diferido	-	0,00	0,00
31/12/2019	**45.664.563,91**	**-56.230.165,65**	**-10.565.601,74**
Lucro Líquido do Exercício	-	18.706.203,15	18.706.203,15
Ajustes de Exercício Anterior	-	679.709,73	679.709,73
31/12/2020	**45.664.563,91**	**-36.844.252,77**	**8.820.311,14**
Lucro Líquido do Exercício	-	28.366.765,02	28.366.765,02
Ajustes de Exercício Anterior	-	-3.330.316,61	-3.330.316,61
31/12/2021	**45.664.563,91**	**-11.807.804,36**	**33.856.759,55**

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - R$

01. CONTEXTO OPERACIONAL: A atividade preponderante da Companhia reside na exploração agrícola e pecuária, comercializados no mercado interno. **02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis ressaltamos: a) Foi efetuada análise específica quanto à necessidade ou não de aplicação do procedimento de Ajustes a Valor Presente nos ativos e passivos de curto prazo, não sendo apurado nenhum efeito significativo ou relevante que justificasse a adoção deste procedimento. b) As disponibilidades estão representadas por dinheiro em caixa e depósitos bancários. c) Não foi constituída a provisão para crédito de liquidação duvidosa em função de não ter sido considerada necessária. d) Os estoques de pecuária estão avaliados ao preço de mercado; o arroz em casca está avaliado ao custo de produção; os insumos e os produtos em almoxarifado, pelo custo de aquisição e as lavouras em formação, ao custo incorrido até a data de encerramento do exercício. e) O imobilizado está registrado pelo valor histórico ou reavaliado corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens. Não foram identificadas situações que indiquem que os ativos imobilizados estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele possível de ser recuperado por uso ou por venda. f) Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. g) Na preparação das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas. h) Os financiamentos estão apresentados pelo principal acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço. i) Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias. j) As receitas, custos e despesas são reconhecidos observando-se o regime de competência. As demais práticas contábeis adotadas estão divulgadas em conjunto com as notas explicativas.

04. PARTES RELACIONADAS - ATIVO CIRCULANTE: Referem-se a saldos em contas correntes, apresentando a seguinte composição:

Empresas	31/12/2021	31/12/2020
Informatec Assessoria Empresarial Ltda.	23.803.848,92	5.650.829,87
Totais	**23.803.848,92**	**5.650.829,87**

05. PESSOAS LIGADAS - ATIVO CIRCULANTE: Referem-se a saldos em contas correntes, apresentando a seguinte composição:

Nomes	31/12/2021	31/12/2020
Fernando Antônio Scaglia José Dias	340.000,00	220.000,00
Totais	**340.000,00**	**220.000,00**

06. IMPOSTOS A RECUPERAR - ATIVO CIRCULANTE: Os saldos de Impostos a Recuperar tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
COFINS a Recuperar	768.881,07	344.952,54
PIS a Recuperar	144.039,53	56.610,75
INSS a Recuperar	1.457,70	8.292,38
COFINS Proc. 5009060-06.2019.4.04.7110	299.679,78	299.679,78
Outros	740,63	0,00
Totais	**1.214.798,71**	**709.535,45**

07. ESTOQUES - ATIVO CIRCULANTE:

Os estoques estão assim distribuídos:	31/12/2021	31/12/2020
Produtos Agrícolas	1.745.719,41	0,00
Bovinos, Ovinos e Equinos	9.500.388,38	5.951.403,06
Insumos e Materiais de Manutenção	5.091.397,04	1.650.878,75
Culturas em Formação	15.516.652,01	12.253.747,81
Totais	**31.854.156,84**	**19.856.029,62**

08. OUTROS CRÉDITOS - ATIVO CIRCULANTE: Referem-se a outros valores com a seguinte composição:

Nomes	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Diversos	1.892.276,98	173.648,55
Arrendamentos a Receber	126.264,26	45.418,80
Adiantamentos a Empregados	26.400,96	0,00
Adiantamento a Fornecedores	200.000,00	200.000,00
União Fazenda Nacional	0,00	0,00
Totais	**2.244.942,20**	**419.067,35**

09. PARTES RELACIONADAS - ATIVO NÃO CIRCULANTE (Longo Prazo): As contas correntes de empresas interligadas, classificadas no Ativo e Passivo não Circulante, abrigam repasses de numerários, estando respaldadas por contratos de mútuo e devidamente garantidas pelos ativos das empresas, apresentando a seguinte composição:

Empresas	31/12/2021	31/12/2020
Agropastoril Vitória do Araguaia S/A	0,00	9.098.958,86
Arrozeira Chasqueiro Ltda.	3.803.418,89	3.803.418,89
Arthur Lange S/A.	6.299.927,80	6.299.927,80
Coop. Arrozeira Extremo Sul Ltda.	0,00	13.826.512,15
Frigorífico Extremo Sul S/A	652.978,06	658.648,41
Totais	**10.756.324,75**	**33.687.466,11**

10. PESSOAS LIGADAS - ATIVO NÃO CIRCULANTE (Longo Prazo): O saldo de R$ 6.425.656,78 (R$ 6.993.156,78 em 2020), devido por pessoas físicas, decorre de adiantamentos feitos pela Cooperativa Arrozeira Extremo Sul Ltda. em safras anteriores, cuja dívida foi assumida e deverá ser ressarcida à empresa pelos devedores, apresentando a seguinte composição:

Nomes	31/12/2021	31/12/2020
Fernando Schild Ribeiro	1.430.496,64	1.718.496,64
José Francisco de Mello	1.404.498,19	1.404.498,19
Mario R. de Mello	848.691,46	848.691,46
Milton Martins Moraes Filho	2.741.970,49	3.021.470,49
Totais	**6.425.656,78**	**6.993.156,78**

10.1 PESSOAS LIGADAS - ATIVO NÃO CIRCULANTE (Longo Prazo): O saldo de R$ 15.950.018,07, refere-se ao Contrato de Assunção de Dívidas com a Cooperativa Arrozeira Extremo Sul Ltda., apresentando a seguinte composição:

Nomes	31/12/2021	31/12/2020
Érico da Silva Ribeiro	6.090.484,86	0,00
Fernando Schild Ribeiro	5.559.697,39	0,00
Milton Martins Moraes Filho	4.299.835,82	0,00
Totais	**15.950.018,07**	**0,00**

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E COMPULSÓRIOS - ATIVO NÃO CIRCULANTE (Longo Prazo): Referem-se a saldos de Depósitos Judiciais, Empréstimos Compulsórios e Direitos de Créditos de Precatórias, valores baixados em 31/12/2021 como ajustes de exercícios anteriores, conforme decisão da Diretoria, por considerar que não há perspectiva de realização, com a seguinte composição:

Nomes	31/12/2021	31/12/2020
Compulsório FND Combustíveis	0,00	129.278,77
Compulsório FND Veículos	0,00	6.599,84
Depósito Judicial Processo Bamerindus	0,00	1.676,00
Depósitos Consignados	0,00	900.000,00
Precatórias – Direito de Créditos	0,00	2.272.762,00
Totais	**0,00**	**3.310.316,61**

12. OUTROS CRÉDITOS - ATIVO NÃO CIRCULANTE (Longo Prazo): Referem-se a outros valores, o valor referente à Ceres Sul Agropecuária foi baixado como ajustes de exercícios anteriores, conforme decisão da Diretoria, por considerar que não há perspectiva de realização, com a seguinte composição:

Nomes	31/12/2021	31/12/2020
Ceres Sul Agropecuária	0,00	120.000,00
Diversos	1.506.854,61	1.506.854,61
Aline Resende Rachow	1.876,00	0,00
Totais	**1.508.730,61**	**1.626.854,61**

13. INVESTIMENTOS: A composição dos Investimentos é a que segue:

Participações em Sociedades	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Arrozeira Extremo Sul Ltda	3.101.354,93	3.101.354,93
Coop. Sul Riograndense de Laticínios Ltda	16.199,97	16.199,97
Transportes Extremo Sul Ltda	58.327,89	58.327,89
Informatec Assessoria Empresarial Ltda	325.526,42	98.903,56
Outras Sociedades	22.598,03	22.598,03
Totais	**3.524.007,24**	**3.297.384,38**

13.1. EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL: Os investimentos em empresas controladas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base nos balanços das empresas investidas, cuja posição e efeitos em relação a investidora foram os seguintes:

Especificações	Informatec Asses. Empr. Ltda
Capital Social	10.000,00
Patrimônio Líquido	325.526,42
Percentual de Participação (%)	100%
Participação no Patrimônio Líquido	325.526,42
Resultado do Exercício	226.622,86
Equivalência Patrimonial	226.622,86

14. IMOBILIZADO: A composição do Imobilizado é a que segue:

	Taxa Anual Deprec.	31.12.2021	31.12.2020
Custo Reavaliado	-	**79.779.515,15**	**68.213.790,15**
Terras	-	31.223.293,62	31.223.293,62
Construções e Benfeitorias	4%	13.931.287,73	13.244.220,78
Máquinas e Equipamentos	10%	29.358.669,79	20.269.502,82
Móveis e Utensílios	10%	59.511,05	59.511,05
Veículos	10%	2.334.897,84	1.891.868,71
Outros Bens		1.085.966,45	790.866,45
Consórcios Não Contemplados		1.451.888,67	734.526,72
Bens Semoventes		334.000,00	0,00
Depreciações Acumuladas	-	**(20.834.005,66)**	**(20.666.179,31)**
VALOR RESIDUAL	-	**58.945.509,49**	**47.547.610,84**

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS - PASSIVO CIRCULANTE: Os saldos referem-se a obrigações previdenciárias, impostos e contribuições federais, impostos municipais e obrigações trabalhistas, com a seguinte composição:

Discriminação	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ – Lucro Real	1.432.445,13	635.339,25
CSLL – Lucro Real	513.520,25	233.042,13
INSS	157.322,05	85.764,35
FGTS	53.195,66	95.429,14
IRRF	68.653,73	53.091,59
ISSQN	173,15	140,00
Contribuição Confederativa	4.371,43	4.085,61
Parcelamentos RFB/PGFN	174.921,92	170.195,89
Obrigações Trabalhistas	683.178,54	581.164,22
Totais	**3.087.781,86**	**1.858.252,18**

16. PESSOAS LIGADAS PASSIVO CIRCULANTE

Empresas	31/12/2021	31/12/2020
Érico da Silva Ribeiro	537.710,03	139.857,67
Totais	**537.710,03**	**139.857,67**

17. OUTROS DÉBITOS – PASSIVO CIRCULANTE: Referem-se a outros valores, o valor referente à Prefeitura Municipal de Pelotas foi baixado como ajuste de exercícios anteriores, conforme decisão da Diretoria, por considerar que esse débito não existe, com a seguinte composição:

Nomes	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de Clientes	1.727.505,44	476.505,44
Prefeitura Municipal de Pelotas	0,00	100.000,00
Diversos	34.089,35	27.214,54
Totais	**1.761.594,79**	**603.719,98**

18. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

Esses compromissos estão assim resumidos:

	31/12/2021		31/12/2020	
Modalidades	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**
Reneg./Dividas	88.322,91	22.987.381,00	88.322,91	23.054.136,63
Juros PESA	0,00	65.165.533,70	0,00	65.165.533,70
Totais	**88.322,91**	**88.152.914,70**	**88.322,91**	**88.219.670,33**

Dos financiamentos exigíveis a longo prazo no montante de R$ 88.152.914,70 (R$ 88.219.670,33 em 2020), R$ 578.957,30 (R$ 645.712,93 em 2020), refere-se a Securitização de dívidas, com encargos de correção monetária mais juros de 3% ao ano vencimentos entre 31/10/2011 a 31/10/2025 e R$ 65.165.533,70 (R$ 65.165.533,70 em 2020), relativos a juros devidos ao PESA, por orientação de nossos consultores jurídicos, também foram classificados no passivo não circulante, visto que o contrato está sendo contestado judicialmente quanto a cobrança de encargos financeiros. Os restantes R$ 22.408.423,70 (R$ 22.408.423,70 em 2020) correspondem a dívidas de empresas ligadas junto ao Banco Nacional e Sociedade Fomento Mercantil - Online, cujos contratos estão sendo contestados judicialmente quanto a cobrança de juros, que a Empresa por ser a garantidora das operações e em face da dificuldade dos devedores em cumprir com tais compromissos, transferiu para sua responsabilidade. As garantias oferecidas incluem hipoteca, alienação fiduciária e aval dos diretores.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS - PASSIVO NÃO CIRCULANTE (Longo Prazo): Os saldos referem-se a compromissos previdenciários (INSS sobre comercialização de produtos rurais), parcelamento junto ao IBAMA, parcelamento de ITR, parcelamento da Lei 12.996/2014-PGFN e parcelamentos de tributos federais, com a seguinte composição:

Discriminação	31/12/2021	31/12/2020
INSS s/Comercialização Produtos Rurais	6.602.886,46	6.670.456,25
Parcelamento IBAMA	17.084,72	31.728,80
Parcelamento ITR	17.084,12	27.855,08
Parcelamento Lei 12.996/2014 – PGFN	357.641,19	399.445,55
Parcelamento Tributos Federais – RFB	176.170,84	273.616,44
Parcelamento IOF	3.646.390,64	0,00
Parcelamento Senar e Gilrat	118.540,54	0,00
Totais	**10.935.798,51**	**7.403.102,12**

20. OUTROS DÉBITOS – PASSIVO NÃO CIRCULANTE (Longo Prazo): Os valores referentes a CEEE estão sendo negociados junto a companhia. O saldo da empresa Agropecuária Canoa Mirim S/A refere-se a dívida do Banco Bamerindus. O saldo de Consórcios Contemplados, são valores a pagar referente aos consórcios.

Discriminação	31/12/2021	31/12/2020
Cia Estadual de Energia Elétrica –CEEE	7.688.834,41	7.688.834,41
Agropecuária Canoa Mirim S/A	6.957.432,30	6.957.432,30
Consórcios Contemplados	2.690.220,91	2.007.285,04
Totais	**17.336.487,62**	**16.653.551,75**

21. CAPITAL SOCIAL: O Capital Social de R$ 45.664.563,91, está representado por 29.981.118 ações nominativas, sem valor nominal. Todos os acionistas são residentes e domiciliados no país.

FERNANDO S. RIBEIRO
Diretor - CPF 412.966.050-00

MILTON M. M. FILHO
Diretor - CPF 404.183.080-04

GILSON V. P. MARAGALHONI
Técnico em Contabilidade CRC-RS 47.619 - CPF 287.232.520-49

PUBLICIDADE LEGAL

FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E COMÉRCIO EM GERAL
CNPJ n. 92.192.236/0001-95
NIRE 43.300.016.901
E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **28 de abril de 2022**, às **17:30 horas,** na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e

c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre, 01 de abril de 2022.

A Diretoria
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A

COMPANHIA ABERTA BRASILEIRA

CNPJ nº 92.781.335/0001-02

NIRE nº 43.3.0000739.1 - São Leopoldo - RS

Errata - Edital de Convocação AGO/E

Em nosso Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária publicado no Jornal do Comércio nas edições impressas dos dias: 18, 21 e 22/03/2022 e no portal https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/, houve o seguinte erro, na data de realização da AGO/E, constou equivocadamente a data "19 de abril de 2021", quando o correto é **"19 de abril de 2022"**.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br

comercial@jornaldocomercio.com.br

(51) 3213-1333 / 3213-1338

(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES
CNPJ 87.456.562/0001-22
NIRE 43.300.009.882

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **28 de abril de 2022**, às **16:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e
d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Informamos, em atenção ao disposto na Instrução CVM 165, de 11.12.91, alterada pela Instrução CVM n. 282, de 26.06.98, que o percentual mínimo de participação no capital votante, necessário ao requerimento de adoção do voto múltiplo, é de 5% (cinco por cento).

Porto Alegre, 01 de abril de 2022.
Luciano Adures de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES
CNPJ n. 01.093.994/0001-09
NIRE 43.300.034.381
Assembleia Geral Ordinária
E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **28 de abril de 2022**, às **17:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e

c) eleger os membros da Diretoria e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre, 01 de abril de 2022.
A Diretoria
Augusto Lauro de Oliveira Junior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

REAL EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ n. 92.213.552/0001-04
NIRE 43.300.011.429

E D I T A L D E C O N V O C A Ç Ã O
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **28 de abril de 2022**, às **15:00 horas**, na sede social, situada na cidade Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e

d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Informamos em atenção ao disposto na Instrução CVM 165, de 11.12.91, alterada pela Instrução CVM n. 282, de 26.06.98, que o percentual mínimo de participação no capital votante, necessário ao requerimento de adoção do voto múltiplo é de 8% (oito por cento).

Porto Alegre, 01 de abril de 2022.
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

fitesa

Fitesa Nãotecidos S.A.

CNPJ: 93.211.084/0001-93 - NIRE 43 9 005 996 99

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 ***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Gravataí, 04 de abril de 2022

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ***(Em milhares de Reais)***

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	44.791	31.309	64.214	39.948
Contas a receber de clientes (Nota 6)	336.217	228.795	387.438	253.431
Estoques (Nota 7)	116.135	89.003	136.945	105.464
Partes relacionadas (Nota 9)	255.744	551	250.430	551
Impostos a recuperar (Nota 10)	64.022	74.657	66.802	75.384
Outros créditos	1.394	2.399	2.625	2.781
Total do ativo circulante	**818.303**	**426.714**	**908.454**	**477.559**
Depósitos judiciais (Nota 16)	2.505	25.907	2.564	25.907
Impostos diferidos (Nota 8)	14.268	–	17.296	–
Partes relacionadas (Nota 9)	64.155	308.642	57.316	309.652
Impostos a recuperar (Nota 10)	39.603	28.442	39.621	28.442
Outros créditos	434	21.449	446	21.449
Investimento (Nota 11)	146.262	95.994	–	–
Imobilizado (Nota 12)	739.320	513.820	792.592	556.570
Intangível (Nota 13)	16.110	15.646	32.976	34.109
Total do ativo não circulante	**1.022.657**	**1.009.900**	**942.811**	**976.129**
Total do ativo	**1.840.960**	**1.436.614**	**1.851.265**	**1.453.688**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Fornecedores	45.083	37.793	50.191	45.498
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	236.308	228.486	236.308	228.486
Obrigações trabalhistas	171.196	56.138	173.963	57.219
Partes relacionadas (Nota 9)	215.979	222.508	215.971	227.412
Impostos e encargos sociais	33.592	29.209	34.753	29.962
Dividendos a pagar (Nota 19)	63.958	15.846	63.958	15.846
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	156	41	575	901
Credores diversos	9.764	10.803	10.617	12.269
Total do passivo circulante	**776.036**	**600.824**	**786.336**	**617.593**
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	617.420	545.035	617.420	545.035
Impostos diferidos (Nota 8)	–	776	–	776
Provisões para riscos trabalhistas (Nota 16)	2.561	4.898	2.566	4.898
Impostos e encargos sociais	22.944	1.941	22.944	1.941
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	63	66	63	371
Total do passivo não circulante	**642.988**	**552.716**	**642.993**	**553.021**
Patrimônio líquido (Nota 19)				
Capital social	223.594	223.450	223.594	223.450
Reservas de lucros	198.451	59.624	198.451	59.624
Ajustes de avaliação patrimonial	(109)	–	(109)	–
Total do patrimônio líquido	**421.936**	**283.074**	**421.936**	**283.074**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.840.960**	**1.436.614**	**1.851.265**	**1.453.688**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ***(Em milhares de Reais)***

		Reservas de lucros					
	Capital social	**Legal**	**Investimentos**	**Incentivos Fiscais**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros (Prejuízos) acumulados**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro 2020	**213.531**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(26.526)**	**187.005**
Aumento de capital	9.919	–	–	–	–	–	9.919
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	103.273	103.273
Destinação do lucro:							
Reserva legal	–	3.837	–	–	–	(3.837)	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	38.477	–	(38.477)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(8.608)	(8.608)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(8.515)	(8.515)
Reserva para investimentos	–	–	17.310	–	–	(17.310)	–
Saldo em 31 de dezembro 2020	**223.450**	**3.837**	**17.310**	**38.477**	**–**	**–**	**283.074**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(109)	–	(109)
Aumento de capital	144	–	–	–	–	–	144
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	192.839	192.839
Destinação do lucro:							
Reserva legal	–	9.642	–	–	–	(9.642)	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	–	21.920	–	(21.920)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(40.319)	(40.319)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(13.693)	(13.693)
Reserva para investimentos	–	–	107.265	–	–	(107.265)	–
Saldo em 31 de dezembro 2021	**223.594**	**13.479**	**124.575**	**60.397**	**(109)**	**–**	**421.936**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ***(Em milhares de Reais)***

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita líquida de vendas (Nota 21)	1.461.034	1.042.321	1.595.362	1.055.610
Custo das vendas (Nota 22)	(849.233)	(634.040)	(942.563)	(644.433)
Lucro bruto	611.801	408.281	652.799	411.177
Despesas com vendas (Nota 22)	(65.604)	(59.641)	(76.144)	(60.201)
Despesas administrativas (Nota 22)	(85.249)	(82.524)	(88.718)	(83.146)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)	17.760	210	–	–
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(107.420)	93.966	(107.575)	93.930
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	371.288	360.292	380.362	361.760
Receitas financeiras (Nota 23)	160.416	201.984	165.208	201.991
Despesas financeiras (Nota 23)	(227.562)	(413.363)	(231.627)	(414.646)
Resultado financeiro	(67.146)	(211.379)	(66.419)	(212.655)
Resultado antes dos impostos	304.142	148.913	313.943	149.105
Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)	(111.303)	(45.640)	(121.104)	(45.832)
Corrente	(134.616)	(30.872)	(145.279)	(31.064)
Diferido	23.313	(14.768)	24.175	(14.768)
Resultado líquido do exercício	192.839	103.273	192.839	103.273
Resultado por ação - básico e diluído			**0,8628**	**0,4622**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ***(Em milhares de Reais)***

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Resultado líquido do exercício	**192.839**	**103.273**	**192.839**	**103.273**
Outros componentes do resultado abrangente	**–**	**–**	**(109)**	**–**
Itens que serão posteriormente reclassificados para o resultado				
Variação cambial de controladas no exterior	–	–	(109)	–
Total do resultado abrangente do exercício	**192.839**	**103.273**	**192.730**	**103.273**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ***(Em milhares de Reais)***

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	304.142	148.913	313.943	149.105
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	62.074	54.612	70.524	55.091
Variações cambiais e juros de empréstimos e financiamentos, líquidas	63.423	232.901	63.543	232.922
Efeito do deságio na aquisição de controladas	–	(40.983)	–	(40.983)
Resultado na baixa/venda de ativos imobilizados	849	2.175	918	1.906
Resultado de equivalência patrimonial	(17.760)	210	–	–
Provisão para perdas esperadas de crédito	362	1.155	389	8.100
(Reversão) Provisão de riscos trabalhistas, líquido	(2.337)	3.924	(2.332)	3.924
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável dos estoques	1.718	99	2.300	459
Resultado ajustado	**412.471**	**403.006**	**449.285**	**410.524**
Variações nos ativos e passivos	**38.205**	**(233.391)**	**18.095**	**(258.959)**
Aumento de estoques	(28.849)	(33.088)	(30.624)	(36.959)
Aumento de contas a receber e outras contas a receber	(63.123)	(180.570)	(83.575)	(349.823)
Aumento (Redução) de contas a pagar e outros fornecedores	89.351	(9.959)	90.352	126.375
Aumento (Redução) em outros impostos líquidos	40.826	(9.774)	41.942	1.448
Outras atividades operacionais	**(141.900)**	**(28.432)**	**(152.369)**	**(28.432)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(141.900)	(28.432)	(152.369)	(28.432)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**308.776**	**141.183**	**315.011**	**123.133**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(272.328)	(119.063)	(274.362)	(119.990)
Aquisição de controladas	–	(113.545)	–	(103.952)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**(272.328)**	**(232.608)**	**(274.362)**	**(223.942)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
(Pagamentos) Recebimentos de empréstimos de mútuo	(27.068)	71.525	(20.468)	71.525
Pagamento de principal de empréstimos	(191.983)	(151.302)	(191.983)	(151.302)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(58.497)	(27.830)	(58.497)	(27.830)
Empréstimos e financiamentos tomados	270.428	170.045	270.428	170.045
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(15.846)	(8.430)	(15.846)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(22.966)**	**54.008**	**(16.366)**	**62.438**
Caixa advindo de incorporação de controlada	–	1.970	–	1.970
Caixa advindo de aquisição de controlada	–	–	–	9.593
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**	**(17)**	**–**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**13.482**	**(35.447)**	**24.266**	**(26.808)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	31.309	66.756	39.948	66.756
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	44.791	31.309	64.214	39.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras ***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***

1 Contexto operacional: A Fitesa Nãotecidos S.A. ("Fitesa" ou "Companhia") atua na produção e comercialização de nãotecidos de polipropileno tipo *spunbond*, *spunmelt*, cardado, laminados, perfurados e filmes cujas aplicações estão voltadas aos mercados de descartáveis higiênicos (principalmente fraldas descartáveis e absorventes femininos), descartáveis médicos (toucas e aventais cirúrgicos, máscaras e lenços de limpeza e desinfecção) e aplicações industriais (colchões, móveis, calçados, agricultura, embalagens, etc.). A Companhia é subsidiária integral da Fitesa S.A., empresa do grupo Évora S.A. A sua sede é na Rua Siqueira Campos nº 1163, cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. As atividades administrativas da Companhia são realizadas no mesmo endereço da planta produtiva de Gravataí, Rio Grande do Sul. As outras plantas produtivas da Companhia se localizam nas cidades de Cosmópolis, Jacareí e Diadema, no estado de São Paulo. Para atender o aumento de demanda do mercado de descartáveis higiênicos e descartáveis médicos foram implantadas em 2020 duas novas linhas de *meltblow* na planta de Gravataí, Rio Grande do Sul. Adicionalmente encontra-se em fase de instalação com início de operação previsto para 2022 uma nova linha de *spunmelt* na planta industrial de Cosmópolis. Esse expressivo conjunto de investimentos consolida a participação da Fitesa como importante fornecedor nesses segmentos. As duas aquisições realizadas em 2020 pela Fitesa, compostas de duas plantas industriais localizadas em Jacareí e Diadema, em São Paulo e, a incorporação via Miramar Participações Ltda., realizada em 2021 da planta de Pune, na Índia, foram executadas com sucesso e as respectivas operações adquiridas integradas às operações da Fitesa. Operações societárias. Na data de 01 de novembro de 2021 foi integralizada pelos acionistas a participação que estes detinham na Miramar Participações, através de aumento de capital na Fitesa Nãotecidos S.A. A integralização de capital foi realizada conforme laudo de avaliação do acervo líquido pelo montante de R$ 143.377,47. Conforme consta no laudo de avaliação, a Fitesa Nãotecidos S.A. recebeu os seguintes ativos e passivos:

	Miramar	**Fitesa Pune**	**Eliminação**	**Consolidado**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	57.118	8.688		65.806
Contas a receber de clientes	–	6.307		6.307
Estoques	–	3.161		3.161
Impostos a recuperar	–	1.480		1.480
Outros créditos	–	810		810
Total do ativo circulante	**57.118**	**20.446**		**77.564**
Impostos diferidos	–	2.172		2.172
Investimento	32.095	–	(32.095)	–
Imobilizado	15.083	12.352		27.435
Total do ativo não circulante	**47.178**	**14.524**	**(32.095)**	**29.607**
Total do ativo	**104.296**	**34.970**	**(32.095)**	**107.171**
	Miramar	**Fitesa Pune**	**Eliminação**	**Consolidado**
Passivo				
Fornecedores	–	2.178	–	2.178
Obrigações trabalhistas	–	597	–	597
Impostos e encargos sociais	–	(1.500)	–	(1.500)
Dividendos a pagar	12.000	–	–	12.000
Credores diversos	–	139	–	139
Partes relacionadas	81.984	1.461	–	83.445
Total do passivo circulante	**93.984**	**2.875**	**–**	**96.859**
Impostos diferidos	10.169	–	–	10.169
Total do passivo não circulante	**10.169**	**–**	**–**	**10.169**
Patrimônio líquido			–	
Capital social	100	37.296	(37.296)	100
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.887)	39	(39)	(1.887)
Reservas de lucro:	5.053	–	–	5.053
Lucros (Prejuízos) acumulados	–	(6.344)	6.344	–
Lucros (Prejuízos) do exercício	(3.123)	1.104	(1.104)	(3.123)
Total do patrimônio líquido	**143**	**32.095**	**(32.095)**	**143**
Total do passivo	**104.296**	**34.970**	**(32.095)**	**107.171**

Dessa forma, a Fitesa Nãotecidos S.A. passou a ser a controladora direta da Fitesa Pune, sediada na Índia. **2 Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Fitesa Nãotecidos S.A. e das suas controladas diretas, a seguir relacionadas:

		Controle direto (%)	
	País	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Fitesa Brasil Indústria de Plásticos Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Fitesa Pune Private Limited	Índia	100,00	–

3 Base de Preparação: a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da controladora e de cada controlada incluída na consolidação da Companhia são preparadas usando a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Fitesa Nãotecidos S.A. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas continuamente e os eventuais ajustes decorrentes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, de forma prospectiva. **i. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 11 - Investimentos. **ii. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: nota explicativa 8 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; nota explicativa 8 - incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro; nota explicativa 12 - teste de redução ao valor recuperável de ativos fixos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; nota explicativa 13 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; nota explicativa 16 - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; nota explicativa 15 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; **iii. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui o processo de revisão de todas as mensurações significativas de valor justo. O processo de avaliação contempla a revisão regular de dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, o processo de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos de classificação quanto ao nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 15 - Instrumentos financeiros. **e. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, e numa avaliação preliminar a Administração não identificou impactos relevantes na potencial aplicação dessas normas. i. Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37): As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. ii. Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos dos CPCs informados acima relacionados a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de hedge. iii. Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); - Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); - IFRS 17 Contratos de Seguros; - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **4 Principais políticas contábeis: a. Base de consolidação e investimentos em controladas** ***(i) Controladas:*** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Fitesa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, o investimento é reconhecido através do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Fitesa Nãotecidos S.A. na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***(iii) Combinação de Negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. ***(iv) Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das Entidades da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são convertidos para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. ***(i) Operações no exterior:*** Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial (incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição), e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros

continua →

continuação

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras da Fitesa Nãotecidos S.A. ***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***

resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. **b. Instrumentos financeiros: b.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, conforme nota explicativa 15. A Companhia e suas controladas classificam todos seus ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, conforme nota explicativa 15. Os passivos financeiros foram classificados e mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **c. Redução ao valor recuperável *(impairment):* i. *Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. **Mensuração das perdas de crédito esperadas*:*** A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para todo o saldo em aberto em risco desses clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso a partir de mais de 30 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **ii. *Ativos não financeiros:*** Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base em fluxos de caixa futuros. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. **d. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.Os métodos de depreciação, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Intangível:** O ágio (goodwill) resultante na aquisição de controlada é apurado e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Nas demonstrações individuais da controladora, com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 13) e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f. Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui custos gerais de fabricação baseados na capacidade normal de operação. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento, caso o mesmo transfira o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. *Arrendamentos:* No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimos é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos, de acordo com as garantias de valor residual; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o arrendatário estimar exercer a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, por alteração de avaliação de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou por existência de um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência e, dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. *Arrendamentos de ativos de baixo valor:* A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, reconhecendo os pagamentos dos mesmos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **i. Receita operacional:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. O IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: i) A identificação do contrato com o cliente; ii) A identificação das obrigações de desempenho; iii) A determinação do preço da transação; iv) A alocação do preço da transação; e v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, bem como as eliminações de receitas entre partes relacionadas. **j. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos no resultado financeiro. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado e mensurados através do método de juros efetivos. **k. Subvenção governamental:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia e suas controladas atendem aos requisitos para reconhecimento no resultado. As doações e as subvenções recebidas pela Companhia e suas controladas antes da adoção inicial das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registradas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido e serão mantidas até a sua destinação. **l. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A controlada no exterior está sujeita às alíquotas de imposto de renda de acordo com a legislação vigente no país sede. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

5 Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e saldos em bancos	31.920	31.309	49.403	39.948
Aplicações financeiras	12.871	–	14.811	–
	44.791	**31.309**	**64.214**	**39.948**

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e referem-se preponderantemente a aplicações em fundos de investimentos, cujo rendimento decorre de uma taxa média próxima a variação integral dos Certificados dos Depósitos Interbancários - CDI. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, risco cambial e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 15.

6 Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Clientes no país	288.846	197.788	321.074	198.581
Clientes no exterior	55.039	38.313	74.853	62.950
Total clientes	343.885	236.101	395.927	261.531
Perdas esperadas em contas a receber	(7.668)	(7.306)	(8.489)	(8.100)
Total clientes líquido da provisão	**336.217**	**228.795**	**387.438**	**253.431**

A Administração efetua análise individual de títulos vencidos e histórico de inadimplência para formação de perdas esperadas em contas a receber, a qual foi constituída em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A exposição a riscos do contas a receber está apresentada na nota explicativa 15. A Companhia não possui recebíveis dados em garantias. A movimentação das perdas esperadas em contas a receber em 2021 era:

					Controladora
	31/12/2020	**Adições**	**Reversões**	**Variação cambial**	**31/12/2021**
Perdas esperadas em contas a receber	(7.306)	(1.080)	663	55	(7.668)

					Consolidado
	31/12/2020	**Adições**	**Reversões**	**Variação cambial**	**31/12/2021**
Perdas esperadas em contas a receber	(8.100)	(1.095)	668	38	(8.489)

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Produtos acabados	28.594	15.031	34.699	21.101
Produtos em elaboração	4.376	3.493	5.156	3.493
Matérias-primas	76.841	64.512	86.200	68.937
Almoxarifados de manutenção	6.791	5.564	11.849	11.530
Subprodutos e outros	1.710	862	1.800	862
(–) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(2.177)	(459)	(2.759)	(459)
	116.135	**89.003**	**136.945**	**105.464**

Os estoques encontram-se livres de ônus ou garantias. A movimentação da provisão para ajuste ao valor líquido realizável está demonstrada abaixo:

			Controladora
	31/12/2020	**Adições/Baixas**	**31/12/2021**
(–) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(459)	(1.718)	(2.177)

			Consolidado
	31/12/2020	**Adições/Baixas**	**31/12/2021**
(–) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(459)	(2.300)	(2.759)

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Controlada no exterior: A controlada no exterior está sujeita à alíquota de imposto de renda de 22% na Índia, incidindo tal alíquota sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes naquele país. Os lucros da controlada no exterior são consolidados e estão sujeitos às regras de tributação em bases universais aplicáveis no Brasil, equalizando a diferença de alíquota aplicada no país onde a controlada está localizada. **a. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte movimentação:

						Controladora
Ativo	**31/12/2020**	**Aquisições**	**Adições**	**Baixas**	**Ajuste de conversão**	**31/12/2021**
Variação cambial	–	–	9.815	–	–	9.815
Prejuízo fiscal e base negativa	3.102	–	–	(3.102)	–	–
Valor justo de controladas	–	–	1.321	–	–	1.321
Outras diferenças temporárias	12.081	–	13.069	–	–	25.150
	15.183	–	24.205	(3.102)	–	36.286

Passivo	**31/12/2020**	**Aquisições**	**Adições**	**Baixas**	**Ajuste de conversão**	**31/12/2021**
Valor justo de controladas	(13.554)	(10.169)	–	2.210	1.900	(19.613)
Depreciação	(2.405)	–	–	–	–	(2.405)
	(15.959)	(10.169)	–	2.210	1.900	(22.018)
Imposto diferido (passivo) ativo líquido	**(776)**	–	–	–	–	**14.268**

						Consolidado
Ativo	**31/12/2020**	**Aquisições**	**Adições**	**Baixas**	**Ajuste de conversão**	**31/12/2021**
Variação cambial	–	–	9.815	–	–	9.815
Prejuízo fiscal e base negativa	3.102	–	–	(3.102)	–	–
Valor justo de controladas	–	–	1.321	–	–	1.321
Outras diferenças temporárias	12.081	2.205	13.931	–	(39)	28.178
	15.183	2.205	25.067	(3.102)	(39)	39.314

Passivo	**31/12/2020**	**Aquisições**	**Adições**	**Baixas**	**Ajuste de conversão**	**31/12/2021**
Valor justo de controladas	(13.554)	(10.169)	–	2.210	1.900	(19.613)
Depreciação	(2.405)	–	–	–	–	(2.405)
	(15.959)	(10.169)	–	2.210	1.900	(22.018)
Imposto diferido (passivo) ativo líquido	**(776)**	–	–	–	–	**17.296**

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, as quais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, as quais estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões. A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

	Ativo
	31/12/2021
2022	12.682
2023	6.168
2024	721
2025	–
Após 2025	19.743
	39.314

b. Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	290.449	140.590	300.251	140.590
Incentivos fiscais ICMS (Nota 18)	(21.920)	(16.203)	(21.920)	(16.203)
Base de cálculo	268.529	124.387	278.331	124.387
Alíquota fiscal aplicável 34%	(91.300)	(42.292)	(94.633)	(42.292)
Equivalência patrimonial	7.148	(1.277)	–	(1.277)
Juros sobre capital próprio	4.656	2.895	4.656	2.895
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	(31.807)	(4.966)	(31.127)	(5.158)
Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado	(111.303)	(45.640)	(121.104)	(45.832)
Corrente	(134.616)	(30.872)	(145.279)	(31.064)
Diferido	23.313	(14.768)	24.175	(14.768)

9 Partes relacionadas: A controladora da Companhia é a Fitesa S.A.: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes e levam em consideração os volumes e a periodicidade das transações dadas suas características. Tais transações não são comparáveis àquelas realizadas com terceiros não relacionados.

					Controladora 31/12/2021
Empresas	**Contas a receber e aval de curto prazo**	**Mútuos, contas a receber e aval de longo prazo**	**Dividendos e juros s/capital próprio a pagar**	**Mútuos, contas a pagar e aval de curto prazo**	**Receitas (despesas)**
Fitesa Peru S.A.C.	14.567	–	–	(48)	–
Fitesa S.A.	230.221	–	(63.958)	(11.706)	10.108
Fitesa Sweden AB	–	–	–	(193.734)	(7.316)
Fitesa Simpsonville, Inc.	–	57.194	–	(710)	2.395
Fitesa Nonwovens Mexico S.A. de C.V.	5.643	39	–	(319)	–
Évora S.A.	–	–	–	(8.113)	(8.088)
America Tampas Argentina S.A.	–	83	–	–	–
Fitesa Brasil Ind. de Plásticos Ltda.	5.313	6.839	–	(1.349)	120
31/12/2021	255.744	64.155	(63.958)	(215.979)	(2.781)
31/12/2020	551	308.642	(15.846)	(222.508)	568

continua

continuação

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras da Fitesa Nãotecidos S.A. ***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***

					Consolidado 31/12/2021
Empresas	**Contas a receber e aval de curto prazo**	**Mútuos, contas a receber e aval de longo prazo**	**Dividendos e juros s/capital próprio a pagar**	**Mútuos, contas a pagar e aval de curto prazo**	**Receitas (despesas)**
Fitesa Peru S.A.C.	14.567	–	–	(48)	–
Fitesa S.A.	230.221	–	(63.958)	(11.706)	10.108
Fitesa Sweden AB	–	–	–	(193.733)	(7.316)
Fitesa Simpsonville, Inc.	–	57.194	–	(710)	2.395
FitesaNonwovens Mexico S.A. de C.V.	5.642	39	–	(319)	–
Évora S.A.	–	–	–	(8.113)	(8.088)
America Tampas Argentina S.A.	–	83	–	–	–
Fitesa Indiana LLC	–	–	–	(1.342)	–
31/12/2021	250.430	57.316	(63.958)	(215.971)	(2.901)
31/12/2020	551	309.652	(15.846)	(227.412)	568

(i) Mútuos - referem-se a repasses financeiros entre as empresas e são remunerados de acordo com a taxa de juros média ponderada obtida na captação de recursos pela mutuante no mercado financeiro. E possui os seguintes vencimentos: • Mútuo ativo com a Fitesa Simpsonville: vencimento em 2023; • Mútuo ativo com a Fitesa S.A.: vencimento em 2022; • Mútuo passivo com a Fitesa Sweden A.B.: vencimento em 2022; (ii) As contas a receber da Fitesa Peru referem-se, substancialmente, a *fees* com vencimento em 2022. (iii) As contas a pagar para Évora S.A. referem-se a comissões sobre garantias prestadas sobre empréstimos com vencimento em 2022. (iv) As contas a pagar para Fitesa Indiana referem-se, substancialmente, a importações de matéria-prima. (v) Os valores reconhecidos como receitas (despesas) se referem, substancialmente, à juros e variação cambial sobre mútuos. O valor reconhecido no resultado como remuneração da Administração foi de R$ 3.266 em 2021 (R$ 4.905 em 2020). A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações. ***Operações de compra e venda de produtos:*** Os montantes das transações entre partes relacionadas são inexpressivos quando comparados aos totais transacionados pela Companhia e respectivas partes relacionadas, motivo pelo qual não estão sendo apresentados. **10 Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar referem-se a créditos decorrentes das operações da Companhia e suas controladas, e estão descritos conforme abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
PIS e COFINS (ii)	31.195	3.050	31.094	23.198	32.764	3.068	31.159	23.198
ICMS (ii)	6.461	32.688	13.462	2.677	6.952	32.688	14.043	2.677
IPI	4.347	1.797	265	1.794	4.347	1.797	265	1.794
IRPJ e CSLL (i)	19.545	2.068	27.429	773	19.632	2.068	27.429	773
Outros	2.474	–	2.407	–	3.107	–	2.488	–
	64.022	39.603	74.657	28.442	66.802	39.621	75.384	28.442

(i) O saldo de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é composto por créditos tributários reconhecidos e de retenções na fonte de imposto de renda sobre aplicações financeiras, os quais são atualizados pela taxa Selic e serão realizados no curso usual dos negócios ou através de pedidos de ressarcimento. Adicionalmente compõe o saldo de IRPJ e CSLL os valores pagos antecipadamente e que serão recuperados posteriormente. (ii) Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a recuperar referem-se substancialmente a créditos decorrentes de aquisição de ativo imobilizado, oriundos dos recentes investimentos nas plantas industriais de Cosmópolis e Jacareí, São Paulo e Gravataí, Rio Grande do Sul.

11 Investimentos

Movimentação do investimento em controlada:

	Saldo em 31/12/2020	**Aquisição**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Resultado equivalência patrimonial**	**Ajuste mais-valia**	**Saldo em 31/12/2021**
Fitesa Brasil Indústria de Plásticos Ltda.	95.994	–	–	17.874	509	114.377
Fitesa Pune Private Limited	–	32.095	(96)	(114)	–	31.885
Total em 2021	95.994	32.095	(96)	17.760	509	146.262
Total em 2020	–	55.813	–	739	39.442	95.994

Os percentuais de participação nas controladas estão apresentados na nota explicativa n° 2. **12 Imobilizado: Composição dos saldos**

	Controladora				
			31/12/2021	31/12/2020	
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	**Taxas médias anuais de depreciação %**
Terrenos	20.735	–	20.735	20.735	
Prédios	165.467	(37.306)	128.161	119.259	4%
Máquinas e equipamentos	722.068	(482.697)	239.371	268.117	10%
Instalações	103.664	(58.214)	45.450	45.476	9%
Móveis e utensílios	4.386	(2.965)	1.421	1.541	11%
Veículos	33	(19)	14	54	20%
Sistemas e equipamentos de computação	12.457	(7.934)	4.523	4.004	20%
Imobilizações em andamento	299.432	–	299.432	54.536	
Direito de uso - arrendamentos	519	(306)	213	98	
	1.328.761	(589.441)	739.320	513.820	

	Consolidado				
			31/12/2021	31/12/2020	
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	**Taxas médias anuais de depreciação %**
Terrenos	31.984	–	31.984	30.133	
Prédios	189.744	(48.667)	141.077	123.913	4%
Máquinas e equipamentos	819.287	(556.539)	262.748	289.813	10%
Instalações	108.130	(59.853)	48.277	48.620	9%
Móveis e utensílios	5.585	(3.902)	1.683	1.786	11%
Veículos	688	(399)	289	55	20%
Sistemas e equipamentos de computação	14.895	(9.973)	4.922	4.302	20%
Imobilizações em andamento	301.100	–	301.100	56.779	
Direito de uso - arrendamentos	2.013	(1.501)	512	1.169	
	1.473.426	(680.834)	792.592	556.570	

Movimentação do imobilizado

								Controladora
	Saldo em 01/01/2021	**Aquisições**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Ajuste de conversão**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/2021**
Terrenos	20.735	–	–	–	–	–	–	20.735
Prédios	119.259	13.221	589	–	(443)	(35)	(4.430)	128.161
Máquinas e equipamentos	268.117	3.164	9.383	(550)	3.412	(5)	(44.150)	239.371
Instalações	45.476	–	7.719	–	44	–	(7.789)	45.450
Móveis e utensílios	1.541	–	156	(211)	182	–	(247)	1.421
Veículos	54	–	–	(32)	–	–	(8)	14
Sistemas e equipamentos de computação	4.004	–	1.699	–	140	–	(1.320)	4.523
Imobilizações em andamento e adiantamento a fornecedores	54.536	(991)	248.347	(34)	(3.654)	1.228	–	299.432
Imobilizado	513.722	15.394	267.893	(827)	(319)	1.188	(57.944)	739.107
Direito de uso - arrendamentos	98	–	287	–	–	–	(172)	213
Total em 2021	513.820	15.394	268.180	(827)	(319)	1.188	(58.116)	739.320
Total em 2020	406.266	43.149	115.432	(282)	–	–	(50.745)	513.820

								Consolidado
	Saldo em 01/01/2021	**Aquisições**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Ajuste de conversão**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/2021**
Terrenos	30.133	1.856	–	–	–	(5)	–	31.984
Prédios	123.913	18.776	589	–	2.954	(52)	(5.103)	141.077
Máquinas e equipamentos	289.813	7.621	9.266	(619)	4.723	(353)	(47.703)	262.748
Instalações	48.620	–	7.719	–	42	–	(8.104)	48.277
Móveis e utensílios	1.786	2	156	(211)	231	–	(281)	1.683
Veículos	55	300	–	(32)	–	(1)	(33)	289
Sistemas e equipamentos de computação	4.302	88	1.699	–	266	–	(1.433)	4.922
Imobilizações em andamento e adiantamento a fornecedores	56.779	(897)	250.278	(34)	(6.255)	1.229	–	301.100
Imobilizado	555.401	27.746	269.707	(896)	1.961	818	(62.657)	792.080
Direito de uso - arrendamentos	1.169	–	577	–	–	–	(1.234)	512
Total em 2021	556.570	27.746	270.284	(896)	1.961	818	(63.891)	792.592
Total em 2020	406.266	85.558	116.359	(321)	(68)	–	(51.224)	556.570

As imobilizações em andamento referem-se substancialmente a projetos de expansão das unidades de Cosmópolis e Jacareí, São Paulo e Gravataí, Rio Grande do Sul. Os direitos de uso referem-se a máquinas e equipamentos. A coluna ajuste de conversão refere-se à variação cambial dos saldos iniciais de abertura do imobilizado de controlada no exterior e variação cambial sobre aquisição de máquina na filial de Cosmópolis, SP. **Provisão para redução do valor recuperável:** Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores de que os ativos pudessem estar acima do valor recuperável.

13 Intangível: Composição dos saldos

				Controladora
			31/12/2021	31/12/2020
	Custo	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Licença de tecnologia	25.805	(12.771)	13.034	11.909
Intangíveis identificados	–	–	–	31
Carteira de clientes	12.986	(9.910)	3.076	3.706
	38.791	(22.681)	16.110	15.646

				Consolidado
			31/12/2021	31/12/2020
	Custo	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Licença de tecnologia	26.644	(13.189)	13.455	11.909
Intangíveis identificados	–	–	–	31
Carteira de clientes	32.538	(13.017)	19.521	22.169
	59.182	(26.206)	32.976	34.109

Movimentação do intangível

							Controladora
	Saldo em 01/01/2021	**Incorporação de controlada**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/2021**
Licença de tecnologia	11.909	–	4.435	(22)	52	(3.340)	13.034
Intangíveis identificados	31	–	–	–	(31)	–	–
Carteira de clientes	3.706	–	–	–	(12)	(618)	3.076
Total em 2021	15.646	–	4.435	(22)	9	(3.958)	16.110
Total em 2020	11.168	6.552	3.631	(1.906)	68	(3.867)	15.646

							Consolidado
	Saldo em 01/01/2021	**Aquisições**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/2021**
Licença de tecnologia	11.909	–	4.538	(22)	370	(3.339)	13.456
Intangíveis identificados	31	–	–	–	(31)	–	–
Carteira de clientes	22.169	–	626	–	19	(3.294)	19.520
Total em 2021	34.109	–	5.164	(22)	358	(6.633)	32.976
Total em 2020	11.168	25.015	3.631	(1.906)	68	(3.867)	34.109

Os intangíveis correspondem aos ativos identificados, carteira de clientes, avaliados a valor justo na data de aquisição, decorrentes da aquisição de controlada, além da aquisição de softwares. A amortização destes intangíveis está sendo registrada nas contas de amortização em prazos que variam de 5 a 20 anos. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não identificou indicadores de que os ativos intangíveis de vida útil definida pudessem estar acima do valor recuperável. **14 Empréstimos e financiamentos:**

			Controladora				Consolidada			
			31/12/21		31/12/20		31/12/21		31/12/20	
	Taxa de Contrato	**Moeda**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Em moeda nacional										
Capital de giro	IPCA + 1,50%a.a.		–	–	1.186	17.600	–	–	1.186	17.600
			–	–	1.186	17.600	–	–	1.186	17.600
Em moeda estrangeira										
Ativo permanente	Euribor + 0,95% a.a.	EUR	22.592	43.446	22.345	67.089	22.592	43.446	22.345	67.089
Capital de giro	Libor + 2,35 a 4,25% a.a.	USD	112.141	154.302	80.385	162.316	112.141	154.302	80.385	162.316
Capital de giro	3,10% a 4,95% aa	EUR	46.707	187.336	124.400	180.039	46.707	187.336	124.400	180.039
Capital de giro	Euribor + 4,00% a.a.	EUR	46.918	70.163	170	117.991	46.918	70.163	170	117.991
Ativo permanente	1,96% a.a.	USD	7.950	162.173	–	–	7.950	162.173	–	–
			236.308	617.420	227.300	527.435	236.308	617.420	227.300	527.435
			236.308	617.420	228.486	545.035	236.308	617.420	228.486	545.035

Os montantes a vencer a longo prazo têm o seguinte cronograma de desembolso:

	Controladora		Consolidado	
Ano	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
2022	–	250.627	–	250.627
2023	223.453	183.545	223.453	183.545
2024	163.623	97.172	163.623	97.172
2025	93.116	13.691	93.116	13.691
Após 2025	137.228	–	137.228	–
	617.420	545.035	617.420	545.035

Aos empréstimos e financiamentos foram concedidas as seguintes garantias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Alienação fiduciária de bens	66.038	89.434	66.038	89.434
Aval de empresas ligadas	853.728	773.522	853.728	773.522
Notas promissórias	367.486	325.833	367.486	325.833

Os financiamentos de ativo permanente destinam-se, basicamente, a aquisição de novas linhas de nãotecidos e outros equipamentos obtidos junto aos bancos HSBC e Commerzbank, com taxas de juros informadas acima. As linhas obtidas têm seguro internacional junto às instituições financeiras Euler Hermes Kreditversicherrungs AG e Servizi Assicurativi del Commercio Estero (SACE). **Cláusulas contratuais: *covenants*:** Alguns contratos de financiamento, no montante de R$ 578.140 em 31 de dezembro de 2021, possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento (dívida financeira líquida/Ebitda), cobertura do serviço da dívida (Ebitda/serviço da dívida) e cobertura de despesas financeiras (Ebitda/despesa financeira líquida), medidos a nível consolidado da controladora Fitesa S.A. Todos os *covenants* estão sendo cumpridos e não há nenhum evento de *default* em 31 de dezembro de 2021. **15 Instrumentos financeiros:** As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: ***Risco de crédito:*** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco, e procura evitar a concentração de recursos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalentes de caixa	44.791	31.309	64.214	39.948
Contas a receber de clientes	336.217	228.795	387.438	253.431
Total	381.008	260.104	451.652	293.379

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Nacional	281.178	190.482	312.585	190.481
Exterior	55.039	38.313	74.853	62.950
Total	336.217	228.795	387.438	253.431

A composição dos recebíveis por faixa de vencimento nas demonstrações financeiras era:

				Controladora
	Contas a receber 31/12/2021	**Provisão para riscos de créditos 31/12/2021**	**Contas a receber 31/12/2020**	**Provisão para riscos de créditos 31/12/2020**
A vencer	329.197	–	217.433	–
Vencidos de 1 a 30 dias	6.591	–	9.729	–
Vencidos entre 31 e 180 dias	429	–	1.633	–
Vencidos há mais de 180 dias	7.668	(7.668)	7.306	(7.306)
Total	343.885	(7.668)	236.101	(7.306)

				Consolidado
	Contas a receber 31/12/2021	**Provisão para riscos de créditos 31/12/2021**	**Contas a receber 31/12/2020**	**Provisão para riscos de créditos 31/12/2020**
A vencer	379.556	–	238.819	–
Vencidos de 1 a 30 dias	6.976	–	11.138	–
Vencidos entre 31 e 180 dias	906	–	3.474	–
Vencidos há mais de 180 dias	8.489	(8.489)	8.100	(8.100)
Total	395.927	(8.489)	261.531	(8.100)

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

							Controladora
31 de dezembro de 2021	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual de empréstimos**	**12 meses**	**2 anos**	**3 anos**	**4 anos**	**Mais que 4 anos**
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	853.728	954.756	261.368	248.612	180.319	103.049	161.408
Mútuos com partes relacionadas	215.979	215.979	215.979	–	–	–	–
Fornecedores	45.083	45.083	45.083	–	–	–	–
Total	1.114.790	1.215.818	522.430	248.612	180.319	103.049	161.408

							Controladora
31 de dezembro de 2020	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual de empréstimos**	**12 meses**	**2 anos**	**3 anos**	**4 anos**	**Mais que 4 anos**
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	773.521	831.430	250.781	270.237	193.765	101.661	14.986
Partes relacionadas	222.508	222.508	222.508	–	–	–	–
Fornecedores	37.793	37.793	37.793	–	–	–	–
Total	1.033.822	1.091.731	511.082	270.237	193.765	101.661	14.986

							Consolidado
31 de dezembro de 2021	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual de empréstimos**	**12 meses**	**2 anos**	**3 anos**	**4 anos**	**Mais que 4 anos**
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	853.728	853.728	261.368	248.612	180.319	103.049	60.380
Mútuos com partes relacionadas	215.971	215.971	215.971	–	–	–	–
Fornecedores	50.191	50.191	50.191	–	–	–	–
Total	1.119.890	1.119.890	527.530	248.612	180.319	103.049	60.380

continua

continuação

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras da Fitesa Nãotecidos S.A. ***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***

							Consolidado
31 de dezembro de 2020	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual de empréstimos**	**12 meses**	**2 anos**	**3 anos**	**4 anos**	**Mais que 4 anos**
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	773.521	831.430	250.781	270.237	193.765	101.661	14.986
Partes relacionadas	227.412	227.412	227.412	–	–	–	–
Fornecedores	45.498	45.498	45.498	–	–	–	–
Total	1.046.431	1.104.340	523.691	270.237	193.765	101.661	14.986

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e da suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e em parcela significativa de suas vendas há contratos com clientes que possuem cláusulas regulando repasses ao preço dos produtos decorrentes de oscilações nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção. ***Risco de taxas de câmbio:*** Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Em razão de seu volume de exportações e em função de parcela significativa das vendas possuírem contratos com clientes com cláusulas contratuais regulando o repasse ao preço dos produtos decorrentes de oscilação nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção e também regulando o repasse de oscilação das taxas de câmbio, a Companhia e suas controladas possuem proteção natural contra seus passivos em Dólar e Euro, mantendo acompanhamento constante dos fluxos de entrada e saída em moeda estrangeira, de modo a evitar que haja exposição. Também para proteção destas oscilações, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. ***Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros:*** A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde estão as operações e consequentemente a geração de caixa está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021			31/12/2021		
	US$	**SEK**	**Euro**	**US$**	**SEK**	**Euro**
Contas a receber	9.863	–	–	12.080	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	5.033	–	–	5.033	–	–
Mútuos	44.965	–	–	44.965	–	–
Empréstimos e financiamentos	78.231	–	65.996	78.231	–	65.996
Fornecedores	1.226	537	635	1.241	537	635
Exposição bruta do balanço patrimonial	139.318	537	66.631	141.550	537	66.631

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

Taxa à vista na data das demonstrações contábeis

	31/12/2021	31/12/2020
US$ (Dólar dos EUA)	5,5805	5,1967
Euro	6,3210	6,3779
SEK (Coroa Sueca)	0,6162	–

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros: As bases utilizadas para projeção dos efeitos sobre desvalorização cambial consideram apenas aqueles instrumentos efetivamente expostos à variação entre a moeda do instrumento e a moeda Real. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e suas controladas à variação de 25% e de 50% no Real em relação ao Dólar e ao Euro oficial de encerramento do exercício antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda:

	Controladora	Consolidado
	Resultado do exercício	**Resultado do exercício**
31 de dezembro de 2021		
R$/US$ (25%)	(90.070)	(86.998)
R$/US$ (50%)	(180.141)	(173.997)
R$/Euro (25%)	(105.295)	(105.295)
R$/Euro (50%)	(210.591)	(210.591)
R$/SEK (25%)	(83)	(83)
R$/SEK (50%)	(166)	(166)

Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil		Valor Contábil	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	494.102	304.440	494.102	304.440
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	12.871	–	14.812	–
Passivos financeiros	359.626	469.081	359.626	469.081

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria, antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda, aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Efeito sobre Patrimônio líquido e resultado do período	
	31/12/2021	**31/12/2020**
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	52	51
Alteração na taxa de juros sobre aplicações	118	–

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações. ***Valor justo:*** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/21		31/12/20		31/12/21		31/12/20	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos mensurados pelo custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	44.791	44.791	31.309	31.309	64.214	64.214	39.948	39.948
Contas a receber de clientes	336.217	336.217	228.795	228.795	387.438	387.438	253.431	253.431
Partes Relacionadas	319.899	319.899	309.193	309.193	215.971	215.971	310.203	310.203
Passivos mensurados pelo custo amortizado								
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	–	–	18.786	17.686	–	–	18.786	17.686
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	853.728	850.314	754.735	710.536	853.728	850.314	754.735	710.536
Partes Relacionadas	215.979	215.979	222.508	222.508	229.474	229.474	227.412	227.412
Arrendamentos a pagar	219	219	107	107	638	638	1.272	1.272

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, estão baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros quando contratados pela Companhia e por suas controladas foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações sendo caracterizados como nível 2 na hierarquia de valor justo. Entretanto, uso de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. **16 Provisões para riscos trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Natureza				
Processos trabalhistas (i)	2.561	4.898	2.566	4.898

a. Provisão para riscos: A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para passivos tributários e trabalhistas, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso. *(i) Processos trabalhistas:* Nos processos trabalhistas o principal valor decorre de contingência relativa a questionamentos de rescisões contratuais, horas extras, e de insalubridade e periculosidade. **b. Perdas possíveis:** Em relação aos processos classificados por nossos advogados da Companhia como perdas possíveis, os mesmos igualmente referem-se a processos fiscais e trabalhistas. Os processos fiscais referem-se à discussões administrativas sobre compensação de créditos de PIS/COFINS, totalizando R$ 2.513. Outros processos que totalizam R$ 2.203 são relativos principalmente a horas extras, adicional de periculosidade, reconhecimento de relação de emprego e férias. Em relação a tais casos, considerando o estágio em que se encontram e a avaliação dos riscos como possíveis, não foram constituídas provisões para perdas. **c. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais visam assegurar o direito de discussão em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, tanto na esfera administrativa como na judicial, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Processos trabalhistas	1.346	1.211	1.346	1.211
Fiscais	1.159	24.696	1.218	24.696
Não circulante	2.505	25.907	2.564	25.907

Os depósitos judiciais realizados no decorrer de 2020 referem-se ao andamento das ações da Companhia que visava a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS que foi deferido no ano de 2021. **17 Arrendamentos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2021, os saldos do passivo de arrendamento dos contratos de máquinas e equipamentos são:

	Controladora	Consolidado
	Máquinas e equipamentos	**Máquinas e equipamentos**
Saldo em 01 de janeiro de 2021	107	1.272
Adições	287	287
Juros apropriados	13	(733)
Pagamento de aluguel	(188)	(188)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	219	638
Curto Prazo	156	575
Longo Prazo	63	63

18 Incentivos fiscais: Referem-se a incentivos de ICMS: (a) A Companhia firmou novo Termo de Acordo com a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção de Investimento (SDPI) do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Programa Fundopem/Integrar, que entrou em vigor em 01/07/2021 com duração de 90 meses e contempla redução do ICMS incremental mensalmente devido. Estes valores são contabilizados no mês de competência da apuração do imposto, o qual, para fins de apresentação, está considerado na receita líquida de vendas e corresponde em 31 de dezembro de 2021 a R$ 5.403 (R$ 9.733 em 31 de dezembro de 2020). (b) Crédito presumido de ICMS no valor de R$ 16.255 em 2021, conforme RICMS/RS previsto no inciso CXXXV do art. 32, Livro I. (c) Crédito outorgado de benefício concedido pelo estado de São Paulo, no valor de R$ 262 em 2021 para as plantas de Cosmópolis e Jacareí. **19 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social da Companhia é de R$ 223.594, sendo composto por 223.514.195 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 01 de novembro de 2021, foi aprovado na Fitesa Nãotecidos S.A. aumento de capital, com a incorporação da Miramar Participações Ltda. **b. Reservas:** ***Reserva legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***Reserva de subvenção para investimentos:*** Refere-se a subvenções para investimentos (incentivo fiscal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS) por meio do programa Fundopem/Integrar e crédito presumido concedidos pelo estado do Rio Grande do Sul, e pelo crédito outorgado concedido pelo estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2021 o valor da Reserva de incentivos fiscais é de R$ 60.397. ***Ajustes de avaliação patrimonial:*** São considerados nesta rubrica os efeitos das variações cambiais sobre investimentos em controlada no exterior. **c. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária. A Companhia efetuou no exercício, cálculo e apropriação de juros sobre o capital próprio, no valor líquido de R$ 11.639. Adicionalmente, com a incorporação da Miramar Participações Ltda., reconhecemos o valor de R$ 12.000 referente dividendos a pagar.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	192.839	103.273
Absorção de prejuízos acumulados	–	(26.526)
Lucro após compensação	192.839	76.747
Reserva Legal - 5%	(9.642)	(3.837)
Reserva de Incentivos fiscais	(21.920)	(38.477)
Base de cálculo dos dividendos	161.277	34.433
Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	40.319	8.608
Juros sobre capital próprio	13.693	8.515
Impostos	(2.054)	(1.277)

20 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A cobertura de seguros é composta conforme tabela abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo imobilizado	2.023.080	1.469.998
Responsabilidade civil executivos	50.000	30.000
Lucros cessantes	505.770	419.195
Responsabilidade civil	30.000	22.000

21 Receitas por região geográfica

A Administração da Companhia, para a sua tomada de decisões, efetua a gestão ativa das receitas com vendas através das análises de vendas por região geográfica de suas controladas, tendo a seguinte segregação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
America Latina	1.461.034	1.042.321	1.589.230	1.055.610
Sudeste Asiático	–	–	6.132	–
Total das receitas por região geográfica	1.461.034	1.042.321	1.595.362	1.055.610

22 Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita bruta	1.747.554	1.233.895	1.881.882	1.247.184
Impostos sobre vendas	(266.149)	(180.992)	(266.149)	(180.992)
Abatimentos e devoluções	(20.371)	(10.582)	(20.371)	(10.582)
Total de receita líquida	1.461.034	1.042.321	1.595.362	1.055.610

23 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos e as despesas com vendas e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
Por natureza:	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Matérias-primas e materiais de consumo	(713.653)	(510.211)	(786.826)	(517.246)
Despesa com pessoal	(129.689)	(128.096)	(142.181)	(129.927)
Depreciação e amortização	(62.074)	(54.612)	(70.524)	(55.091)
Despesas de transporte	(40.118)	(34.252)	(47.371)	(34.801)
Outras despesas	(54.552)	(49.034)	(60.523)	(50.715)
Total	(1.000.086)	(776.205)	(1.107.425)	(787.780)
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Custo das vendas	(849.233)	(634.040)	(942.563)	(644.433)
Despesas com vendas	(65.604)	(59.641)	(76.144)	(60.201)
Despesas administrativas	(85.249)	(82.524)	(88.718)	(83.146)
Total	(1.000.086)	(776.205)	(1.107.425)	(787.780)

24 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas financeiras	21.737	31.966	22.098	31.973
Variação cambial ativa	138.679	170.018	143.110	170.018
Total receitas	160.416	201.984	165.208	201.991
Despesas financeiras	(65.743)	(57.673)	(66.023)	(57.673)
Variação cambial passiva	(161.819)	(355.690)	(165.604)	(356.973)
Total despesas	(227.562)	(413.363)	(231.627)	(414.646)
Resultado financeiro líquido	(67.146)	(211.379)	(66.419)	(212.655)

As receitas financeiras são decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras e juros sobre mútuo com controladora e com empresas interligadas. As despesas financeiras decorrem de juros sobre empréstimos bancários, custos com pagamentos ao exterior e serviços bancários. As variações cambiais são decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos e operações de mútuos com partes relacionadas em moedas estrangeiras, e contas a receber de clientes no exterior. **25 Eventos subsequentes:** Em janeiro de 2022 a Fitesa Nãotecidos S.A. incorporou sua controladora Fitesa S.A. e passou a condição de holding operacional controlando todas as operações dos negócios de nãotecidos no Brasil e exterior. Os ativos e passivos da Fitesa S.A. serão controlados pela Fitesa Nãotecidos S.A. e as condições contratuais e de liquidez serão mantidos com os terceiros sem prejuízo ao montante reconhecido no balanço patrimonial da controladora. Também em janeiro de 2022 a Fitesa Nãotecidos S.A. passou a deter o controle da Rio Novo Florestal Ltda. através da transferência de cotas de capital da Évora S.A., localizada no estado de Santa Catarina no bioma Mata Atlântica, especializada em reflorestamento de florestas de pinus e de eucalipto, cuja madeira é comercializada para múltiplos usos, além desse ativo florestal ser gerador de crédito de carbono a ser usado na compensação de suas operações industriais, crédito de carbono esse oriundo das suas florestas para corte e, principalmente, das áreas de reserva legal e também para preservação da biodiversidade da região. Em 08 de março de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada pela Fitesa Nãotecidos S.A. a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, no valor de R$ 1.200.000. As debêntures serão colocadas de forma privada, subscritas e integralizadas em duas séries exclusivamente pelos debenturistas, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, e não serão registradas para distribuição e negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. A 1ª Série, no valor de R$ 400.000 foi emitida em 09 de março de 2022 e a data de emissão da 2ª Série será 18 de maio de 2022, no valor de R$ 800.000. As datas de vencimento são, respectivamente, 09 de março de 2032 e 18 de maio de 2032.

Silverio Luis Américo Baranzano Brutti - Diretor
Mateus Mesquita Inácio - Diretor
Lavinia Fraga Leite - Diretora
Fernanda Gastal - Diretora

Gilson Renato Reis - Contador - CRC RS nº 099190/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Fitesa Nãotecidos S.A. - Gravataí - RS - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fitesa Nãotecidos S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Fitesa Nãotecidos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/F-7

André Luiz de Godoy
Contador - CRC PR-050218/O-0 T-SC